



AVISO

PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS E APOIOS

Manuel Fernando Rascão Marques, Presidente da Junta de Freguesia de São Julião da Figueira da Foz, Município da Figueira da Foz, torna público a proposta para deliberação da Junta de Freguesia de São Julião da Figueira da Foz, em conformidade com o artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo e após a sua aprovação para se submeter a inquérito o Projeto de Regulamento de Atribuição de Subsídios e Apoios da Freguesia de São Julião da Figueira da Foz durante o período de 30 dias a contar da publicação do presente edital, durante o qual poderá ser consultado na sede da Junta de Freguesia.

A constituição dos interessados e os contributos devem ser dirigidos ao Presidente da Junta de Freguesia de São Julião, através do correio eletrónico info@jf-saojuliao.pt, ou entregues pessoalmente na sede da Junta de Freguesia síta na Rua do Mato, nº 2.

São Julião, 29 de dezembro de 2025

O Presidente da Junta de Freguesia



(Manuel Fernando Rascão Marques)



**PROPOSTA DE REGULAMENTO DE
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS E APOIOS DA
FREGUESIA DE SÃO JULIÃO DA FIGUEIRA
DA FOZ**





O presente Regulamento foi sujeito a consulta pública, nos termos do artigo 101.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo.

Assim, de harmonia com o disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, de acordo com os Artigos 9.º, n.º 1, alínea f), 16.º, n.º 1, alínea h), ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro é aprovado o Regulamento de Atribuição de Subsídios da Junta de Freguesia de São Julião da Figueira da Foz.

PREÂMBULO

As Associações locais desempenham um papel essencial na dinamização da comunidade, assumindo particular relevância nos domínios desportivo, cultural, social e recreativo. Para além de constituírem parceiros importantes da intervenção dos organismos públicos, incluindo as autarquias locais, são igualmente agentes ativos na promoção da coesão social e na resposta a diversas necessidades da população.

Reconhecendo esta realidade, e atendendo à importância de incentivar a participação cívica e o associativismo, a Junta de Freguesia de São Julião da Figueira da Foz, recentemente constituída no âmbito do processo de desagregação, define como uma das suas prioridades o apoio às Associações da Freguesia, enquanto fator determinante do desenvolvimento local.

Considerando ainda a necessidade de assegurar critérios claros, objetivos e transparentes na atribuição de apoios financeiros, importa estabelecer um enquadramento regulamentar que garanta a justiça e a equidade no apoio às atividades desenvolvidas pelas associações.

Nestes termos, é elaborado o presente Regulamento de Atribuição de Subsídios às Atividades das Associações Desportivas, Recreativas e Culturais da Freguesia de São Julião da Figueira da Foz, o qual se submete à apreciação e aprovação dos órgãos competentes.



REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS E APOIOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Lei Habilitante

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 9º, das alíneas h) e v) do n.º 1 do artigo 16º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Artigo 2º

Objeto e Âmbito de Aplicação

1. O presente regulamento tem por objetivo a determinação dos respetivos procedimentos e critérios, no âmbito do apoio a prestar pela Junta de Freguesia de São Julião da Figueira da Foz às Associações recreativas, sociais, desportivas e culturais sedeadas na Freguesia.
2. As comparticipações financeiras à prática regular a atribuir pela Junta de Freguesia aos agentes, são concedidos, obrigatoriamente, sob a forma de celebração de contratos-programa.
3. Todos os restantes apoios e subsídios serão concedidos sob a forma de protocolo.
4. À Junta de Freguesia fica reservado o direito de, sob proposta do Presidente ou do Vogal responsável pela área do desporto e cultura a conceder apoios financeiros ainda que os processos não preencham algum dos requisitos exigidos no presente regulamento, desde que razões de relevante interesse público o justifiquem.

Artigo 3º

Conceito de associação

É considerada Associação desportiva, cultural e recreativa, toda a entidade legalmente constituída e devidamente registada no Registo das Associações da Freguesia de São Julião da Figueira da Foz que, sem fins lucrativos, prossiga atividades de dinamização desportiva, cultural e recreativa dos seus associados.



Só os membros da Direção em plenas funções representam, perante este regulamento, as respetivas associações.

Artigo 4º**Conceito de subsídio**

O subsídio é constituído por verbas pecuniárias, bens e serviços entregues pela Junta São Julião da Figueira da Foz às associações para desenvolverem as atividades por elas propostas nos planos de atividades, previamente entregues à Junta de Freguesia.

1. Os apoios e comparticipações são dirigidos às instituições inscritas no Registo das Associações da Freguesia de São Julião da Figueira da Foz.
2. Poderão ainda beneficiar das comparticipações ou apoios previstos nas presentes normas, pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, nomeadamente, associações e federações desportivas com estatuto de utilidade pública ou com secções sedeadas na freguesia de São Julião da Figueira da Foz e que prossigam objetivos ou ações de relevante interesse público para a freguesia:

Artigo 5º**Não realização das atividades**

A Junta de Freguesia poderá solicitar o retorno das importâncias entregues, caso a Associação, por motivos não justificados, não realize as atividades suscetíveis de subsídio.

Caso a Junta de Freguesia considere válida a justificação da não realização das atividades, poderá, extraordinariamente, transferir o montante do subsídio para o ano seguinte, caso a atividade conste do respetivo plano de atividades.

Artigo 6º**Deveres das Associações**

São deveres das Associações:

- 1) Entregar até 31 de Janeiro de cada ano o plano de atividades previsto para o ano corrente, assim como o montante de subsídio pretendido, repartido por verbas pecuniárias, bens e serviços, atividades desportivas, culturais, infraestruturas, equipamentos e projetos de itinerância;



- 2) Entregar até 31 de Março de cada ano o relatório e contas do ano civil anterior, onde constem as atividades previstas e realizadas e as atividades previstas e não realizadas, assim como o montante global de receitas e despesas; do mesmo relatório deverá constar a avaliação das atividades previsto, assim como o justificativo da utilização dos apoios recebidos pela Junta de Freguesia;
- 3) Entregar, sempre que solicitados, os projetos ou ações que estejam a ser apoiados pela freguesia;
- 4) Aplicar convenientemente os subsídios recebidos;
- 5) Comunicar à Junta de Freguesia a eleição ou alteração dos Órgãos Sociais.

Artigo 7º

Direitos das Associações

São direitos das associações:

- 1) Receber os montantes de subsídios aprovados;
- 2) Solicitar, em casos de extrema necessidade, adiantamentos por conta dos subsídios aprovados ou a aprovar.

Artigo 8º

Atribuição dos subsídios

1. A atribuição do montante dos subsídios por Associação é da competência da Junta de Freguesia, sob proposta do membro do executivo responsável.
2. O momento de entrega dos montantes aprovados é da responsabilidade da Junta de Freguesia, tendo em conta os seus interesses e os da respetiva associação.
3. Os montantes pecuniários poderão ser entregues de uma só vez ou repartidos em prestações, não podendo, no entanto, a sua liquidação ultrapassar o ano civil.
4. O subsídio de bens e serviços depende da disponibilidade da Junta de Freguesia, mas nunca deverá prejudicar a boa realização das atividades previstas.



CAPÍTULO II

Da atribuição dos subsídios

Artigo 9.º

Montante global

1 - O montante global dos subsídios a atribuir durante o ano civil é da responsabilidade da Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia no seu plano de atividades.

2 - Os apoios financeiros à execução do plano de atividades serão atribuídos em reunião de Executivo.

3 - A Junta de Freguesia poderá, fora dos prazos referidos nos artigos anteriores, apoiar projetos e ações pontuais não inscritas no plano de atividades que as associações levem a efeito.

4- Os apoios à execução de ações do plano de atividades que estejam integrados em protocolos específicos serão atribuídos nos períodos definidos nesses protocolos.

Artigo 10.º

Critérios de atribuição de Subsídios

A atribuição de subsídios às atividades constantes do presente regulamento, terá em conta, quer na sua aprovação quer na sua definição dos montantes a atribuir os seguintes critérios:

- Número de participantes diretos;
- Número de participantes Indiretos;
- Número de Atividades candidatadas;
- Capacidade de autofinanciamento;
- Estabelecimento de parcerias;
- Originalidade da atividade;
- Impacto da atividade na Freguesia

**Artigo 11º****Publicidade**

Anualmente, na primeira sessão ordinária da Assembleia de Freguesia serão identificados e discriminados os subsídios pagos e os protocolos assinados no ano decurso do ano anterior.

Artigo 12º**Reclamações**

- 1 - As Associações que se achem penalizadas pelo subsídio atribuído deverão fazer chegar a sua reclamação por escrito até 15 dias após a publicitação dos respetivos subsídios.
- 2 - A Junta de Freguesia deverá pronunciar-se no prazo máximo de 30 dias.
- 3 - Da deliberação da autarquia não existe recurso.
- 4 - Em caso de anuência à reclamação, não poderão existir retificações aos subsídios atribuídos às restantes coletividades.

Artigo 13º**Protocolos**

Por cada subsídio atribuído será celebrado um protocolo, que especificará os modos de financiamento e as atividades financiadas.

CAPÍTULO III**Disposições finais****Artigo 14º****Falsas declarações**

As Associações que, dolosamente, prestarem falsas declarações com o intuito de receberem montantes indevidos de subsídios terão de devolver as importâncias indevidamente já recebidas e serão penalizadas entre um e cinco anos de não recebimento de quaisquer importâncias, direta ou indiretamente, de valores, bens e serviços por parte da Junta de Freguesia de São Julião da Foz.



Artigo 15º

Penalizações

A existência de quaisquer irregularidades na aplicação das verbas concedidas, nomeadamente a utilização das mesmas para fins diferentes dos acordados, sem devidamente autorizado por esta Junta de Freguesia, implicará a imediata suspensão do processamento das mesmas e a restituição das verbas já recebidas, não podendo a entidade beneficiar de qualquer espécie de apoio no ano seguinte, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

Artigo 16º

Casos omissos

Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela Junta de Freguesia.

Artigo 17º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à publicação em Diário da República.

**ANEXO I****REGISTO DAS ASSOCIAÇÕES DA FREGUESIA DE SÃO JULIÃO DA FIGUEIRA DA FOZ**

O Registo das Associações da Freguesia de São Julião da Figueira da Foz tem por objeto criar um cadastro das instituições sedeadas na área da freguesia de forma a identificar todas as associações que desenvolvam a sua atividade de modo regular e continuada.

1- Podem pedir o registo as associações/coletividades que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Terem sede social na freguesia;
 - b) Terem escritura de constituição e respetiva publicação em Diário da República
 - c) Tenham desenvolvido atividades de âmbito de freguesia no último ano
- 2- As associações/coletividades deverão apresentar o seu pedido de inscrição no Registo de Associações através da entrega dos seguintes documentos:
- a) Ficha de Inscrição;
 - b) Cópia do cartão de identificação de pessoa coletiva (NIPC);
 - c) Cópia da publicação em Diário da República dos estatutos da associação
 - d) Cópia da publicação em Diário da República do estatuto de utilidade pública, quando existente;
 - e) Prova documental de inscrição nas finanças;
 - f) Declaração comprovativa de inscrição na segurança social, ou em alternativa declaração comprovativa de não existência de funcionários;
 - g) Cópia do RCBE da instituição;
 - h) Cópia da ata de eleição dos corpos sociais;
 - i) Cópia da ata de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento (aprovado em Assembleia Geral);
 - j) Cópia da ata de aprovação do Relatório de Atividades e Contas (aprovado em Assembleia Geral).

3 - A inscrição no Registo das Associações da Freguesia de São Julião da Figueira da Foz deverá ser revalidado anualmente até 31 de Março com a apresentação obrigatória dos documentos referidos nos pontos g), h), i) e j).



4 - É da única e exclusiva responsabilidade das associações/coletividades atualizar a sua situação.

5- Os grupos informais, previstos nos arts. 195º a 201º do Código Civil, terão também de estar inscritos no Registo de Associações aplicando-se-lhes a alínea a) do n.º 1, e alíneas a), e), g) do n.º 2.